

ALIADOS VERSUS INIMIGOS DA NAÇÃO: SOCIABILIDADES NO PORTO DA GRANDE GUERRA (1914-1918)

FRANCISCO MIGUEL ARAÚJO*

Resumo: Os sentimentos nacionalistas decorrentes da Grande Guerra de 1914-1918 foram pródigos na transfiguração das fronteiras mentais das sociedades coevas, fomentando singulares diretrizes históricas e sociológicas nas relações entre cidadãos nacionais e estrangeiros. Os novos valores e comportamentos nas formas de interação social em Portugal, sublimados pelo complexo enredo diplomático e militar global, cedo despontaram em reações antagónicas face às diferentes comunidades internacionais aqui residentes. O estudo da cidade do Porto nas suas muitas especificidades oferece uma visão transversal sobre este novo fenómeno e o redesenhar do seu tecido social em tempos de guerra, revelando curiosos quadros das vivências e das concepções ideológicas entre aliados e heróis versus inimigos e anti-heróis da Nação.

Palavras-chave: 1.ª Guerra Mundial; Porto; Século XX; Estrangeiros.

Abstract: The Great War of 1914-1918 nurtured radical nationalist sentiments that promoted a transfiguration for a new consciousness on society's relationships among national and foreign citizens. The new historical and sociological guidelines resulted in different forms of social interaction in many countries worldwide, accentuated by the complexity of global diplomatic and military scenery, which emerged soon in Portugal despite the later involvement in the conflict. The presence of immigrant communities established in Oporto throughout the centuries offers a very unique perspective on the redesign of its social fabric and sociability at war times, revealing inquisitive images of everyday living, ideological concepts or attitudes and paradoxical behaviors between allies and heroes in opposition to enemies and antiheroes of the State.

Keywords: World War I; Porto; 20th Century; Foreigners.

A Grande Guerra não deixou de ser o corolário natural das contradições no processo de construção do conceito de «Estado-nação» ao longo de Oitocentos, exacerbando as rivalidades nacionalistas no mapa europeu, entre outros motivos políticos e económicos de monta, nos anseios pela liberdade, a soberania e autodeterminação de povos subjugados e as ideologias etnocêntricas políticas e socioculturais das grandes potências industriais. A dimensão global do conflito suscitou a transmutação do fenómeno sociológico na percepção do cidadão estrangeiro, conforme os jogos diplomáticos dos seus países de origem ou de ascendência familiar, implicando continuidades e ruturas nos padrões de relacionamento social e das vivências quotidianas nos países envolvidos num belicismo sanguinário.

Esta nova realidade não se esquivou ao Portugal da 1.ª República, apesar da nossa entrada oficial posterior nas hostilidades, assumindo uma especificidade em contraciclo com as sociabilidades históricas há muito firmadas no espírito luso, nas palavras de Fernando Pessoa:

* CITCEM.

A verdade é esta: em Portugal não havia ódio contra os alemães. Nenhuma tradição nossa o estabelecia; os nossos ódios tradicionais eram contra a Espanha, contra a França e contra a Inglaterra. A Alemanha nunca nos fora nada, nem num sentido nem noutra. Havia razões para odiarmos a Alemanha, para a temermos? Por certo, mas não razões susceptíveis de atingir a alma popular [...]. O contrário foi uma mixórdia da nossa desqualificada imprensa periódica, que nem soube de que [...] e lhe tinha sumido a decência¹.

Numa cidade como a do Porto, de forte pendor liberal e profusa presença de comunidades estrangeiras no seu seio, em face dos seculares elos marítimos e comerciais com o espaço além-fronteiras, todo este novo contexto socio-diplomático foi pródigo em cambiantes do seu tecido social quanto à presença dos súbditos de outras nações e aos comportamentos entre o mimetismo e a demarcação dos seus habitantes². Aliás, essas próprias colónias de maior representatividade demográfica – britânica, francesa, alemã, brasileira e espanhola – e todas as das restantes nacionalidades fixadas no burgo tripeiro atravessaram rumos distintos, que as abordagens historiográficas pouco têm contemplado no seu retrato contemporâneo³.

Através do recurso a fontes documentais endógenas, como as do Governo Civil do Porto e do periódico *O Comércio do Porto*⁴, este ensaio pretende reconstituir parte dessas linhas sociológicas enquadradas no seu quadro histórico, relativos aos movimentos migratórios e às interações políticas, sociais, culturais e de assistência entre portuenses e estrangeiros, revelando as questões intrínsecas individuais e coletivas nas concepções mentais entre aliados *versus* inimigos da nação e heróis *versus* anti-heróis em tempos de guerra. Sendo certo que esta perspectiva de micro-história não se esgota na sua essência, uma vez que ao analisar-se a segunda maior cidade do país, ela oferece uma visão abrangente que se poderá transpor para a realidade portuguesa de 1914-1918 entre aliadofilos e germanófilos.

¹ PESSOA, 1978: 252.

² Em particular, desde os tempos medievais, as relações comerciais dos portuenses com outros povos e súbditos no quadro das navegações e trocas atlânticas, permitindo uma certa abertura das suas fronteiras mentais à convivência e inserção do «outro» estrangeiro. Vd., entre outros, MORENO, 1992 e RAMOS, 2000.

³ Sobre a presença destas comunidades na cidade e a sua interação social com os seus habitantes, vd. SILVA, 2000: 334-337 e SERÉN & PEREIRA, 2000: 404-407. Convém recordar que o segmento germânico, talvez o menos explicitado dos enunciados, foi mantendo relações privilegiadas com o Porto já desde os tempos da Liga Hanseática, sendo dos principais compradores do açúcar brasileiro que aqui chegava. Após a unificação da Alemanha (1871) e a crescente aposta interna na industrialização, foram vários os seus súbditos que se instalaram pela Europa como técnicos especializados ou representantes de firmas comerciais e industriais alemãs.

⁴ Neste caso em particular, há todo um conjunto de questões metodológicas que exigem uma atenção particular no seu exame: a triagem da informação pelos próprios jornalistas, as lacunas e omissões resultantes da suspensão deste jornal uma vez por semana e à sua agregação ao número subsequente, a greve semanal dos tipógrafos (agosto de 1915) e a vigência de uma comissão de censura, a mando do Ministério da Guerra (desde março de 1916). A compilação das notícias mais relevantes para este ensaio foi retirada maioritariamente das secções *Eccos da Guerra* e *Noticídio* para o contexto portuense.

1. A CIDADE DO PORTO: REAÇÕES SOCIAIS À BELIGERÂNCIA LATENTE (1914-1916)

A complexa urdidura das relações diplomáticas entre a *Tríplice Aliança* e a *Tríplice Entente* no mapa político europeu atingiu o seu zénite no verão de 1914, onde, entre as sucessivas declarações de guerra entre finais de julho e meados de agosto, se começavam a definir o conjunto de nações que se prestavam a digladiar nos cenários de batalha europeu e colonial. Até ao final desse ano e ainda na ilusão de um confronto militar célere, os dois grandes blocos em oposição constituíram-se entre os Aliados – Sérvia, Rússia, França, Bélgica, Grã-Bretanha e Japão – e as Potências Centrais – Áustria-Hungria, Alemanha e Império Otomano – aos quais se juntariam, em 1915, a Itália pelos primeiros e a Bulgária pelos últimos.

Embora Portugal se tenha decidido por uma posição de pseudoneutralidade face às muitas pressões políticas internas da 1.^a República e externas da velha aliança inglesa, na verdade, a necessidade de defesa das colónias de Angola e Moçambique do expansionismo germânico adjacente levou a que prontamente se tenha decretado expedições militares à África portuguesa. Os combates e incursões entre os dois países nesses limites não deixavam de contrariar em parte essa postura oficial, do mesmo modo que o apoio mais ou menos explícito às operações e interesses britânicos foram sendo contestados pelo *II Reich* de Guilherme II. Com o Partido Democrático de Afonso Costa a defender uma política de intervenção armada na frente europeia, em correlação com a afirmação do país além-fronteiras e de futura integração nas negociações do pós-guerra, entre outros; considerava-se um dever nacional a luta em prol dos ideais democráticos e liberais⁵.

Justamente, na cidade do Porto, eram os democráticos a grande força política na liderança da vereação desde as eleições municipais de 1913, somente interrompida temporariamente durante as ditaduras de Pimenta de Castro (1915) e de Sidónio Pais (1917-1918), o que permite aflorar a intercessão do conhecido «partido da guerra» na conjuntura local em torno da crescente simpatia pela causa aliada. Em paralelo, a importante rede de consulados e de agentes diplomáticos presentes no burgo – Grã-Bretanha, França, Sérvia, Alemanha, Bélgica, Itália, Espanha, Cuba, Grécia, Rússia, Chile, Brasil, Holanda, Uruguai e Panamá – aproximavam os portuenses dos acontecimentos e inflexões das políticas diplomáticas de muitos destes países em guerra, quer pelas implicâncias económicas que as mesmas representavam nas relações comerciais globais, quer pelos decretos nacionais mobilizando os cidadãos estrangeiros a incorporar os respetivos exércitos nacionais.

O mês de agosto de 1914 evidencia claramente uma predisposição popular dos portuenses pelo aliadofilismo no quadro da Grande Guerra. Enquanto os reservistas alemães e austro-húngaros embarcavam em São Bento entre tímidas despedidas dos seus familiares, os elementos franceses e britânicos recebiam calorosas manifestações de solidariedade de muitos populares que aí se deslocavam para assistir à sua partida. Às notícias da

⁵ Vd. ARAÚJO, 2014a: 84-99.

invasão da Bélgica e da França pelas tropas alemãs, imbuídos de idealismos nacionalistas e românticos, vários jovens estudantes do Porto evadiram-se de suas casas saindo ilegalmente do país para se alistarem como voluntários no exército francês; e no dia 7 do mesmo, uma grande manifestação popular percorreu as ruas da baixa prestando cumprimentos aos consulados aliados e exibindo as bandeiras tricolor e da «Union Jack» em sinal de apoio à sua luta.

Em particular, o inesperado e chocante ataque à Bélgica, país que se tinha declarado neutral, congregou uma onda de certa repulsa contra o invasor germânico e os seus planos imperialistas um pouco por todas as localidades portuguesas. Em homenagem ao heroico povo belga, os tripeiros lançariam subscrições públicas, leilões de objetos de arte e venda de poesias para acudir esses compatriotas, instalando-se ainda uma delegação do *Comité Anglo-Franco-Belga de Socorro aos Feridos Militares* para amealhar fundos e donativos a enviar às autoridades desse país. Em sessão camarária de 8 de outubro desse ano, por proposta do Prof. Lopes Martins, era aprovada por unanimidade a atribuição do nome de «Praça de Liège» ao largo do Monte, na Foz do Douro, em tributo da sua resistência naquela que foi a primeira grande batalha da conflagração de 1914-1918.

Tais movimentos populares e as suas ingerências no tecido social e relacionamentos entre as comunidades internacionais radicadas na cidade colocaram sob apreensão as chefias políticas e policiais, temendo-se o estalar de conflitos ou de perseguições que pudessem provocar incidentes diplomáticos, diligenciando por fomentar uma coexistência pacífica e segura para todos os residentes. Por decisão superior, o Governo Civil do Porto prescreveu o encerramento de todos os postos particulares de TSF para controlar o volume de informações do exterior e possíveis atos de espionagem, sobretudo face a boatos dos instalados em domicílios de cidadãos estrangeiros, escoltas de guardas civis aos súbditos alemães que desejassem abandonar o país e a vigilância policial pontual dos seus organismos endógenos: consulado, colégio, igreja evangélica e clube. O clima de apreensão, por exemplo, levou a que a casa comercial Adolfo Höfle & C.^a delegasse em dois antigos empregados portugueses, em procuração de 23 de outubro de 1914, inteiros poderes para a gestão dos seus negócios nesta praça comercial.

Ao longo do ano de 1915, muitas destas determinações permaneceriam em vigor e o contexto das vivências pouco se modificou quanto às sensibilidades político-sociais de uma Europa estagnada na guerra das trincheiras. Se é certo que no funeral de Emílio Biel⁶, em 15 de setembro, conceituado industrial alemão e figura grata pelos muitos melhoramentos realizados no espaço urbano, se prestaram todas as reverências ao finado e os votos de condolência à sua comunidade de origem, as animosidades não se encontravam plenamente dissimuladas. Nas comemorações do 5 de outubro, a comissão muni-

⁶ Karl Emil Biel (1838-1915), natural da cidade de Amberg, fixara a sua residência no Porto em 1860, tendo-se casado com Edith Katzenstein, filha do 1.º cônsul alemão na cidade. Representante de diversas firmas alemãs e de outros países em Portugal, fundou a casa «Photografia Biel» que depois se desdobrou também pelos ramos de editora e de agência comercial. A ele se deve a introdução de muitas das inovações tecnológicas de Oitocentos – fonógrafo, luz elétrica, cinematógrafo, carro elétrico, turbina hidráulica, automóvel, etc. – estabelecendo importantes ligações com personalidades do mundo dos negócios, artes e cultura do Porto Romântico. Vd. MOREIRA, 1990: 130-134.

cial democrática promovia novo cortejo popular de saudação aos consulados das nações aliadas, avocando os desejos de uma pronta vitória e da entrada portuguesa além do palco da luta colonial. E nas sessões da vereação era frequente deixar-se transcrito em atas oficiais de protesto contra as atrocidades e vandalismo germânico, contrapostos às resoluções de condolências pelos ataques das suas tropas e submarinos às cidades e embarcações marítimas adversárias.

Também na passagem dos barcos ingleses e franceses pelos portos do Douro e Leixões com unidades militares em trânsito, estas comitivas eram recebidas entusiasticamente pelas gentes da cidade e arredores, disponibilizando-se bilhetes gratuitos para as salas de espetáculos onde eram cumprimentados com os seus hinos nacionais e muitos vivas e aplausos pró-aliados. A própria Universidade do Porto e a delegação da Cruz Vermelha disponibilizaram até ao cônsul da Grã-Bretanha os seus serviços incondicionais e gratuitos pelo esforço de guerra, concebendo hospitais de sangue em edifícios públicos para o tratamento e convalescença dos feridos e reforçando a regência de cursos de enfermagem.

Por fim, num agitado fevereiro de 1916, marcado por motins populares contra a carestia de vida e a complexa questão das subsistências, o governo de Jorge V formalizava o pedido de requisição dos barcos alemães surtos em portos nacionais, ao abrigo dos tratados da aliança luso-britânica⁷. Após a anuência da 1.ª República Portuguesa, datada de 23 do mesmo, e esgotadas as conversações diplomáticas com a Alemanha para a revogação da medida, o embaixador Friedrich Rosen apresentava a declaração de guerra contra o nosso país, inaugurando as hostilidades entre as duas nações a 9 de março. Em menos de uma semana, o novo governo da «União Sagrada» entrava em funções legislativas, alcançando um generalizado e momentâneo consenso político-social em favor da entrada na 1.ª Guerra Mundial.

2. OS INIMIGOS DA NAÇÃO: OS ALEMÃES E OS AUSTRO-HÚNGAROS DO PORTO (1916-1917)

De acordo com os dados do *V Recenseamento Geral da População* de 1911, residiam no distrito do Porto 229 cidadãos alemães, a quinta maior comunidade estrangeira local (7210 – 3,18%), representantes da segunda maior colónia com cerca de 24% no total nacional⁸. Quanto aos súbditos do Império Austro-Húngaro a sua expressão numérica era pouco significativa no panorama português, imiscuindo-se pelas suas idiossincrasias linguísticas e culturais com os alemães, sendo até um destes o mandatário diplomático da nação em Lisboa. Logo a seguir ao anúncio da ofensiva armada do Império Alemão, algumas das mais reputadas famílias germânicas portuenses – Claus, Höfle, Katzenstein, Cudell, Hitzemann, Wald, Geys, Wilms, Krieger, Hermann, etc. – optaram pela sua pronta retirada procurando refúgio na neutral Espanha.

⁷ À data, no porto do rio Douro, apenas se encontrava atracado o navio «Vesta», sabotado pela sua tripulação com vista à sua inutilização pelo governo português. Vd. ARAÚJO, 2014b.

⁸ DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1913: 294-295.

Porém, a maioria dos membros da comunidade pautaram-se por uma conduta mais discreta, quer argumentando a precedência da sua nacionalidade portuguesa por nascimento ou matrimónio, quer declarando não ter meios de sobrevivência se abandonassem os seus bens e empregos. Alguns instigaram até por requerer a cidadania de países neutrais à conflagração mundial, mau grado o descontentamento do governo português que tentou impugnar muitos desses pedidos nas embaixadas. O corte das relações diplomáticas luso-germânicas significou o encerramento do consulado alemão portuense e a transferência de todos os poderes e negócios para o homónimo e neutral espanhol, que passava a intermediário das conversações entre os dois governos. De igual modo, no respeito pela política internacional britânica, muitas das firmas comerciais e industriais do Porto sob propriedade e/ou gestão dos súbditos inimigos foram arroladas a uma «lista negra» proibindo os anteriores negócios e a adjudicação de novos contratos: Kendall, Vasconcelos & Passos Lda., Emílio Edelheim & C.^a, W. Stüve & C.^a, M. Jacobi & C.^a ou Adolfo Höfle & C.^a, entre outras.

De abril a junho de 1916, o governo da «União Sagrada» ratificou vários diplomas legais determinando a situação e imposições aos cidadãos estrangeiros pertencentes aos países inimigos, naturalmente visando o contingente alemão bem mais expressivo e com o qual se lutava nas duas frentes bélicas. O primeiro, proibindo a entrada de súbditos do Império Alemão ou seus aliados em solo nacional⁹, seguido de outro, bem mais punitivo, com a reformulação da sua condição jurídica e ordem de expulsão para todos os alemães de Portugal continental¹⁰. Os seis capítulos deste *Decreto n.º 2350, de 20 de abril*, são pródigios em restrições aos seus direitos civis – proibição de atividades comerciais e industriais, confisco de bens móveis e imóveis, suspensão de processos judiciais, interdição de casamento com nacionais, etc. – estipulando a ambos os géneros um prazo máximo de cinco dias para a saída rumo à fronteira e aos homens entre os 16 e os 45 anos, aptos ainda ao recrutamento militar compulsivo, o confinamento num campo de concentração de prisioneiros nos Açores¹¹.

Pelo Governo Civil do Porto, no espaço de 22 a 28 de abril, foram emitidos um total de 72 passaportes a alemães e austro-húngaros do distrito, maioritariamente habitantes da própria cidade, alguns dos quais a título coletivo, perfazendo a soma de 133 banidos. Pelo Quartel-General da Divisão Militar apresentaram-se, pelo menos, cerca de 30 súbditos masculinos, todos eles de nacionalidade alemã, recambiados para a capital onde aguardariam pelo transporte marítimo para a ilha Terceira. Só que o processo não estava isento de falhas e muitos continuavam a solicitar títulos de residência com as premissas de terem nascido em Portugal, cumprido o serviço militar no seu Exército, estarem condecorados com cidadãos do país ou de parentescos em distantes graus com famílias inimi-

⁹ *Decreto n.º 2313, de 4 de abril de 1916*, do Ministério do Interior. *Diário do Governo*, I série, n.º 64, p. 295-296.

¹⁰ *Decreto do Ministério das Finanças. Diário do Governo*, I série, n.º 78, p. 341-344.

¹¹ Este «Depósito de Concentrados Alemães» funcionou no forte de S. João Baptista em Angra do Heroísmo, sendo facultada a possibilidade de os chefes de família poderem levá-las consigo, as quais ficariam ao seu cargo financeiro. Vd. REZENDES, 2014.

gas. Dos cerca de 62 casos contabilizados que os serviços administrativos tiveram de reportar às instâncias centrais, obrigando o Ministério dos Negócios Estrangeiros a proterlar os prazos até à primeira semana de maio, consta o da categorizada Carolina Michaëlis de Vasconcelos¹², a primeira professora catedrática na Universidade de Coimbra.

Presumivelmente, este imbróglgio burocrático terá favorecido o apertar do cerco aos súbditos dos adversários dos aliados, com o *Decreto n.º 2355, de 23 de abril*, a caducar a cidadania portuguesa a filhos de pai alemão e a dos que tinham solicitado a sua naturalização antes da declaração de guerra¹³. Ainda que perante a onda de protestos pela arbitrariedade desses despachos, curiosamente vindos do seio da própria sociedade portuguesa, em que estavam em causa muitas figuras sem quaisquer ligações germanófilas além da ascendência, a mesma tenha sido atenuada com a inclusão de cláusulas de salvaguarda pelo *Decreto n.º 2377, de 9 de maio*¹⁴. Assim, o governo autorizava a permanência condicionada de portugueses com ascendência alemã até ao 3.º grau e dos menores de 16 anos, isentando da expulsão os funcionários do Estado ou corpos administrativos, os homens que tinham cumprido serviço militar no Exército português e as mulheres com filhos em iguais circunstâncias.

Não obstante o recobro da sua personalidade jurídica, todos estavam proibidos de exercer profissões na indústria, comércio e ensino particular ou doméstico, salvo decisão em contrário aprovada em Conselho de Ministros. Em meados desse mês no burgo portuense, não conseguindo contornar a lei, outros 22 portugueses todos de ascendência alemã foram compelidos a obter o seu passaporte, partindo para a saga do exílio mais 49 indivíduos, quase metade deles sendo filhos que acompanhavam os seus progenitores. Em termos económicos, este movimento migratório representou um duro golpe na vida económica, com o arrolamento das propriedades comerciais e industriais da comunidade alemã confiadas a depositários-administradores pelo Tribunal do Comércio do Porto, muitos dos quais as colocaram em haste pública vendendo os seus recheios, maquinaria e instalações, destruindo a sua capacidade produtiva e dificultando as já precárias condições do operariado citadino, decorrentes do desemprego e redução das atividades económicas em virtude da guerra global.

Sintetizando alguns dados socioprofissionais dos súbditos alemães e austro-húngaros do Porto, ao nível dos pedidos de residência, dos 62 pedidos a maioria proveio dos primeiros (59 – 95,16%) e os restantes três dos segundos, numa relativa equidade de géneros com apenas mais dois títulos do sexo feminino. Quanto aos passaportes emitidos a esses mesmos cidadãos banidos pelo seu vínculo jurídico, o valor dos austro-húngaros permanecia residual com apenas cinco registos face aos 67 dos alemães (93,06%), mas a superioridade feminina revela-se quase o dobro no conjunto das duas nacionalidades com 48 senhoras (66,67%) em contraste com os 24 homens (33,33%). Igualmente o número de passaportes em nome individual era superior aos atribuídos a coletivos (46 –

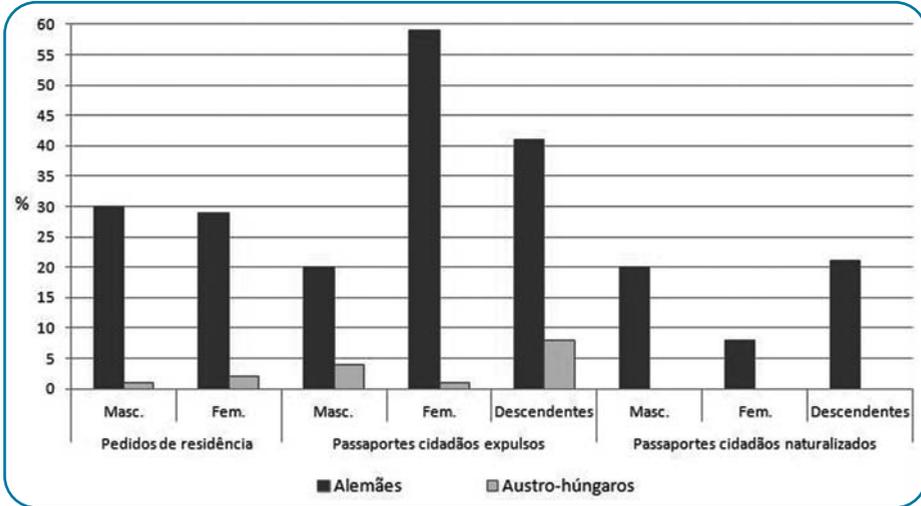
¹² Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1851-1925) fixara a sua residência no Porto, decorrente das atividades profissionais do marido Joaquim de Vasconcelos (1849-1936), que manteve sempre até ao seu falecimento.

¹³ Decreto do Ministério das Finanças. *Diário do Governo*, I série, n.º 80, p. 361-362.

¹⁴ Decreto do Ministério das Finanças. *Diário do Governo*, I série, n.º 89, p. 417-418.

63,89%), ou seja, os que levavam consigo esposas, filhos e netos (26 – 36,11%), mas contrariamente aqui eram os homens como chefes de família os predominantes (16 – 61,54%).

Gráfico I: Trajetórias dos Inimigos da Nação no Porto (22 de abril-20 de maio de 1916)¹⁵



Fonte: *O Comércio do Porto e Arquivo Distrital do Porto*¹⁶.

Já nos passaportes autenticados a portugueses que perderam a condição de cidadão pela ascendência alemã, alguns dos quais tinham beneficiado inicialmente de títulos para permanecer no país, imperam entre o universo de 22 indivíduos os do sexo masculino (20 – 90,91%), revelando a liderança das petições individuais e dos naturais da própria cidade do Porto (15 cada – 68,18%). A soma dos passaportes a súbditos inimigos registados no Governo Civil do Porto atinge um total de 94, ainda que na prática se tenham ausentado do distrito 182 elementos de diferentes idades e estados civis, cifrando-se as médias etárias possíveis de apurar nos 48 anos para o género masculino e os 32 para o feminino. Todos sob o aval do consulado espanhol para entrada no país vizinho, abandonando as suas casas e bens de todo o tipo ao seguirem nos comboios expressos do Minho e de Vilar Formoso, fixando-se a maioria nesse desterro entre Vigo, Tuy e Madrid até à permissão de regresso em inícios de 1919.

¹⁵ Ressalve-se que os dados compilados não serão absolutos, tendo em conta a falta de material de arquivo completo, nomeadamente, os dos pedidos de naturalizações cuja reconstituição só foi possível através da fonte periódica. Os próprios registos oficiais apresentam algumas limitações, tendo sido inscritos pelos serviços do Governo Civil em formulários estandardizados, que omitem algumas informações importantes sobre estas comunidades estrangeiras. Os valores apresentados ao nível dos passaportes resultam da contagem total do número de indivíduos, agregados a título coletivo, com autorização governamental para abandonarem Portugal.

¹⁶ Arquivo Distrital do Porto (ADP) – *Bilhetes de Identidade e registo de alemães que foram obrigados a sahir do paiz e Registo de Passaportes*, L.º 172.

Por fim, numa caracterização profissional sumária de 58 cidadãos expulsos (61,7%), nota-se uma razia acentuada entre os estratos da alta burguesia e classes médias destas duas comunidades inimigas. Entre os homens quase sempre assinalada essa rubrica (38 – 40,43%) surgem em grande número os negociantes, comerciantes, proprietários e agentes comerciais, mas também uma diversidade de profissionais de quadros técnicos e administrativos: engenheiros, empregados comerciais, ourives, impressores, fotógrafos, etc. No outro espectro, entre as mulheres, ainda que menos referenciadas (20 – 21,28%), encontram-se sobretudo professoras e perceptoras, modistas, enfermeiras, empregadas comerciais e domésticas. O que não deixa de abalizar, por outro lado, o declínio da rede cultural, religiosa e recreativa dinamizada pelos alemães no Porto, estruturas entretanto encerradas por lei e arroladas para venda como o Colégio Alemão ou o Clube Alemão, espaços privilegiados do seu convívio social e relativamente herméticas à integração dos portuenses.

A 2 de junho de 1916, o pendor germanófilo na cidade avolumou-se para níveis perigosos da sociabilidade com os alemães que aqui ainda resistiam, com a notícia da descoberta de uma lista confidencial de subscritores a um empréstimo de guerra por várias individualidades da colónia ao *II Reich*. A inclusão de nomes de conceituadas famílias – Burmester, Claus, Gilbert, Duhn, Lichtenberg, Kimpel, Justus, Stüve e outras – mais do que espanto provocou a indignação geral perante a pérfida atitude contra o burgo que os acolhera. Não será por isso surpreendente que muitos dos requerimentos dirigidos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros por súbditos dos países inimigos e seus equiparados, desejando o regresso a Portugal no gozo da sua capacidade jurídica e civil, tenham sido indeferidos na sequência de uma exaustiva análise prévia¹⁷. Entre 1916 e 1917 somente seis destes foram sancionados para a segunda cidade portuguesa – alguns representantes das famílias Wandschneider, Young, Puls e Biel –, inteiramente afastados os escrúpulos de eventuais riscos de espionagem ou de influência germanófila.

3. OS ALIADOS DA NAÇÃO: OS BRITÂNICOS E FRANCESES DO PORTO (1916-1918)

No seguimento da anterior consciência aliadófila portuense, em articulação com o maior peso demográfico das suas colónias no perímetro urbano, a Grã-Bretanha e a França continuaram a agregar o grosso das expressões populares de apoio, afinal as duas grandes nações que vinham obstruindo a ofensiva alemã na Europa. A primeira grande concentração teve lugar a 17 de março de 1916, um dia após a nomeação do governo da «União Sagrada», com desfiles pela rua e uma sessão solene com todos os representantes diplomáticos do bloco militar a que Portugal se tinha associado, promovido pela recém-criada *Junta Patriótica do Norte*¹⁸. Cenário que se iria repetir nos meses seguintes com outras

¹⁷ Varia decretos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Diário do Govêrno*, II série, 1916-1917.

¹⁸ Vd. CORREIA, 2011.

tantas arruadas, conferências, sessões patrióticas, leilões de beneficência, peças teatrais, *soirées inter-aliés* e cerimónias de gala em que as figuras dos cônsules desses dois países, a par dos vereadores da comissão administrativa democrática, tinham destaque garantido entre a audiência.

Paradoxalmente à secular aliança com os britânicos, seriam os franceses a firmar neste período os laços de solidariedade mais sólidos e coesos, desenvolvendo diferentes iniciativas em várias dimensões para concorrer à abnegação do Porto na nova conjuntura, que retribuía com pompa na celebração do seu feriado nacional do 14 de julho. Quer num plano militar, com a ancoragem de uma base naval no porto de Leixões para vigilância da costa marítima dos ataques regulares dos submarinos alemães ou a visita da missão militar anglo-francesa para auxílio na preparação do Corpo Expedicionário Português (C.E.P.), quer do ponto de vista cultural e de assistência através da ação de agrêmiações como a *Société Francaise de Bienfaisance* ou a *Société Amicale Franco-Portugaise*. Aos quais se pode acrescentar a partida de muitos trabalhadores portugueses para território francês, por intermédio de contratos de trabalho com o seu governo, para reforçar as equipas de operários nas fábricas de munições com salários extremamente vantajosos para os padrões de vida nacional de então.

O próprio dever da Grande Guerra não era esquecido na vida quotidiana e associativa tripeira, por exemplo, a distribuição por todas as escolas públicas dos diferentes níveis de ensino, a mando da câmara em meados de abril de 1917, da declaração do presidente Wilson ao Congresso dos E.U.A. que justificava a entrada de uma nação de peso e que reanimava as aspirações da vitória aliada. Depois estendendo-se em complementaridade noutras sessões oficiais de gáudio pela adesão similar de países como o Brasil, Cuba ou a Grécia, olvidando a posterior retirada do Império Russo às mãos dos bolcheviques. A 9 de junho do mesmo, por determinação do Ministério da Instrução Pública, comemorou-se o «Dia dos Aliados», com várias cerimónias cívicas educativas e culturais para esclarecer e tranquilizar a sociedade portuguesa dos rumos bélicos, a mais eloquente sendo a da Universidade do Porto da qual procediam muitos dos soldados expedicionários em combate¹⁹.

Inerente a essa partida para a França do C.E.P. com destino às trincheiras na Flandres desde o início do ano, antevendo-se as dificuldades de relacionamento interpessoal dos portugueses com os camaradas de outras nações por divergências linguísticas e culturais, foi o aparecimento de propostas educativas e edições literárias para esses soldados. A fim de facilitar a integração de uma maioria de homens de meios rurais e com baixos, senão mesmo nenhuns, índices de alfabetização, a professora francesa Blanche Aussenac idealizou cursos gratuitos de línguas vivas de inglês e francês a reger aos praças nos quartéis da Divisão Militar do Porto. E Bernardo Moreira de Sá daria à estampa o *Pequeno vocabulario phraseologico portuguez e francez do soldado em campanha* (1917), opúsculo editado pela Livraria Magalhães & Moniz, em formato de guia de conversação com vocabulos, frases e termos da gíria popular e militar para soldados e oficiais se fazerem compreender na estadia além-mar.

¹⁹ Vd. ALVES & ARAÚJO, 2014: 126-127 e ARAÚJO, 2014c: 111-125.

Durante a vigência do Sidonismo até ao final de 1918 e numa notória inflexão da política militar portuguesa, o quadro portuense modificar-se-ia substancialmente a braços com a alta mortalidade pelo Tifo Exantemático, desviando as ações solidárias e donativos dos militares para os doentes e suas famílias. Nas «sopas económicas» da *Obra de Assistência 5 de Dezembro* chegaram a colaborar vários membros das colónias estrangeiras do Porto, mas coube aos espanhóis um maior labor com o envio de uma brigada sanitária com médicos e equipamentos para tentar conter o surto epidémico. Obstando esse entorpecimento, a comunidade britânica do Porto auxiliou, todavia, a instalação de uma delegação local da associação humanitária *Triângulo Vermelho*. Este organismo, em conexão com o comité central junto dos aliados, disponibilizou ao C.E.P. serviços médicos e de transporte na Flandres, que se veio a revelar fulcral após o desaire da Batalha de La Lys (9 de abril de 1918).

As notícias da rendição do Império Austro-húngaro e os boatos de idêntica tomada de decisão pelo *II Reich* despontaram as primeiras reações de regozijo pelo final da longa e mortífera Grande Guerra, sucedendo-se os desfiles de vitória pelo Porto ainda antes do Armistício de 11 de novembro de 1918. Confirmado oficialmente o final do conflito mundial, o leque de comemorações expandiu-se por celebrações envolvendo os cidadãos portugueses e os estrangeiros das forças dos Aliados: cumprimentos diplomáticos, recepções de galas, sessões de fogo de artifício, edifícios embandeirados e iluminados, navios engalanados, bandas de músicas tocando os hinos português, francês e britânico, etc. Três dias depois a Câmara Municipal do Porto resolvia atribuir à futura avenida central da cidade o nome de «Avenida das Nações Aliadas» e a elite portuense promovia uma subscrição pública, no periódico *A Pátria*, para oferta da salva de prata «Génie de la Liberté» e uma taça de honra com as armas da cidade ao marechal Foch, comandante-chefe das forças da *Tríplice Entente*.

A *Câmara do Comércio Francesa* e a *Associação Britânica do Porto* celebraram cerimónias religiosas em honra dos mortos das suas colónias e pela Paz mundial, descerraram placas comemorativas nos seus edifícios e cemitérios privativos, agradeceram os telegramas pela vitória das suas nações e retribuíram com sessões oficiais a colaboração das autoridades políticas, militares e cívicas locais. O último grande momento de confraternização de todas as nações aliadas foi o banquete oferecido pelo Governo Civil do Porto, na noite de 8 de dezembro, juntando todos os cônsules e agentes diplomáticos da cidade; sendo certo que muitos programas que vinham sendo planeados acabaram por ficar suspensos perante o ambiente revolucionário imediato com a queda da «República Nova» e a subsequente «Monarquia do Norte».

4. HERÓIS E ANTI-HERÓIS DO PORTO NA GRANDE GUERRA

Uma das características de qualquer evento bélico na história da Humanidade é o surgimento e mitificação de personagens que pelo seu patriotismo e heroísmo ofertavam a sua vida, mas também daqueles que pela sua astúcia e subtileza enfrentavam perigos por espionagem e traição contra a sua própria nação ou a de acolhimento. A necessidade de

preservação da memória e exaltação destas figuras da 1.ª Guerra Mundial atravessou o Porto ao longo desses quatro anos, no entanto, muito mais centrada numa abordagem eurocêntrica do que africana... Tal como a consternação tripeira pelo falecimento de George Porte, a 13 de outubro de 1914, o primeiro morto da colónia francesa do Porto em França, ou dos muitos congéneres britânicos periclitados em combate e homenageados por clubes desportivos como os do F.C. Porto e Boavista F.C. Ao *Núcleo Reformista do Porto* se deveu a consagração dos primeiros voluntários portugueses perdidos em França, Carlos de Ornelas e Adolfo de Medeiros, enviando coroas de louro para os seus túmulos e a bandeira nacional para figurar no Museu do Exército Francês, na primavera de 1915.

Na toponímia da cidade ainda hoje nos deparamos com alguns destes heróis portuenses. O tenente Mário Augusto Teles Grilo (1885-1917), o primeiro portuense abatido pelas armas inimigas dos «boches», do regimento de Infantaria 18 e imortalizado num retrato descerrado na sua sede no quartel-general à Praça da República; e o célebre primeiro-tenente Carvalho de Araújo que, ao comando do caça-minas «Augusto de Castilho», sacrificou a sua tripulação para salvar as 1500 pessoas a bordo do vapor «São Miguel» que pôde assim desembarcar em segurança em Ponta Delgada²⁰. Sem esquecer os expedicionários do C.E.P. rememorados na atribuição da designação «Avenida da França», deliberação camarária de 11 de julho de 1917, depois imortalizados com as tropas africanas em vários monumentos espalhados pela cidade.

Por seu lado, o género feminino ficou associado à imagem dos anti-heróis com duas protagonistas acusadas de espionagem na cidade. Ainda em abril de 1916, a pintora russa Sonia Delaunay (1885-1979), que se tinha refugiado com o marido e o filho em Vila do Conde no ano anterior vindos de Espanha, foi intimada a retirar-se de Portugal pelo cônsul francês por suspeitas de ligações a súbditos alemães nas suas visitas à Galiza²¹. E a acusação formalizada contra Christina Haussmann, professora holandesa residente em Cedofeita e noiva de um súbdito germânico banido, investigada pelas suas viagens regulares a Madrid. A 11 de julho de 1917, acabaria expulsa do território nacional, por servir de portadora de correspondência entre as famílias alemãs do burgo e os seus elementos exilados.

No entanto, o único traidor condenado à morte no Portugal do século XX, medida amplamente criticada pela cidade do Porto aquando do seu restabelecimento para crimes de guerra em 1916, foi um soldado natural da própria cidade num processo algo dúbio e censurado na imprensa da época. João Augusto Ferreira de Almeida (1894-1917), motorista na unidade de automóveis, que durante cerca de meio ano no C.E.P. registou várias quezílias com os oficiais no comando, alguns de carácter germanófilo pela experiência de vida como antigo *chauffeur* ligado à família Höfle²².

Denunciando anonimamente por suposta tentativa de espionagem e deserção para as trincheiras alemãs, foi alvo de um julgamento célere e baseado em provas vagas e

²⁰ Vd. FERNANDES, 1961.

²¹ O casal Delaunay, que fundara o movimento artístico do Orfismo (1911-1913), considerando uma das pontes de transição do Cubismo para o Abstracionismo, partilhou a sua residência portuguesa com os pintores Eduardo Viana e Samuel Halpert e conviveu com modernistas como Amadeo de Souza-Cardoso e Almada Negreiros.

²² GOMES & GOMES, 2003: 371-372.

pouco credíveis, sem nunca ter sido chamado a depor nos autos de averiguação. Após real tentativa de fuga à justiça militar, o Tribunal de Guerra sentenciou-o à pena capital, tendo sido fuzilado na manhã de 16 de setembro, como medida punitiva e disciplinar contra futuros comportamentos subversivos. Presentemente, num revisionismo das comemorações do centenário da 1.^a Guerra Mundial, decorre um pedido de amnistia à Assembleia da República para a reabilitação da sua memória a título póstumo.

5. EIXOS DE REFLEXÃO

Existiria algum fundamento na cogitação de Fernando Pessoa de que a imprensa periódica portuguesa durante a Grande Guerra se mostrara tendencialmente parcial à causa aliada? Teria sido o sentimento de germanofobia extrapolado no seio da sociedade nacional, até então relativamente indiferente nas escassas premissas históricas entre as duas nações, pelo perigo que o imperialismo alemão representava para a paz europeia e nas delimitações geopolíticas da África portuguesa? Seja dito de passagem que as impressões posteriores de muitos dos expedicionários do C.E.P. sobre os «boches» não eram assim tão divergentes em comparação com os «tommys» e os «poilus», misto de simpatia e de menosprezo perante a pretensa inferioridade civilizacional portuguesa, mas fértil em exemplos de altruísmo e de respeito entre os exércitos em confronto nas trincheiras da Flandres.

A posição aliadófila que triunfou na consciência coletiva do nosso país, contudo, não difere muito na sua natureza à de tantos outros países e suas sociedades coevas. A Alemanha do *II Reich* personificou em pleno a figura de inimigo, mau grado o país não ter encetado a alteração armada, fruto de uma política imperialista de laivos autocráticos contra os valores demoliberais do nacionalismo e da liberdade, sem respeito pelos convénios diplomáticos ao invadir e atacar países que se predispunham à neutralidade. O que não surpreende o rótulo de principal culpada no pós-guerra, matizado nos acordos de paz como o famigerado Tratado de Versalhes, semeando uma paz precária e altamente perigosa como os anos de 1930 validaram. Por outro lado, a presença da Grã-Bretanha como sua principal adversária alimentou essa perceção, com o ataque ao ancestral correligionário a fustigar a ambição de a socorrer como dever de honra patriótico.

Deste modo, se compreende a notória inclinação em favor dos Aliados nas sociabilidades do Porto de 1914-1918, quer ainda antes da participação portuguesa, quer depois do anúncio da União Sagrada, apenas esmorecendo em parte na delicada governação sionista. Talvez mais pelos problemas sociopolíticos internos que se enfrentavam na urbe, quezílias políticas e preocupação sanitária, num cansaço generalizado face a uma guerra tão longa que potencializara a crise das subsistências e o declínio das condições de vida. Só que duas outras particularidades devem ser frisadas no seu quadro: a perseverança de uma gestão camarária do Partido Democrático, os maiores apologistas da política intervencionista, e de um tecido social há muito enraizado e conivente com a presença de estrangeiros, que se foram gradualmente imiscuindo em relações matrimoniais e/ou económicas numa cordialidade quotidiana e tradicional.

Isto apesar de as colónias britânica e alemã sempre terem-se pautado por alguma diferenciação sociocultural no convívio com os tripeiros, circulando em espaços de sociabilidade privativos e conservando uma identidade coesa em termos linguísticos, educativos e religiosos. Quiçá, justificativo da maior proximidade à comunidade francesa local neste âmbito cronológico, não só por ser um dos palcos mais sacrificados da luta europeia, mas também pela concordância política de regimes republicanos e de um maior interesse supranacional francês do apoio português. Já que os britânicos consideraram mais oportuno protelar essa entrada, colocando acertadas e sérias reservas quanto à nossa operacionalidade militar e capacidade económica para o esforço da guerra. Todavia, sem que a simbiose entre portugueses e estrangeiros deixasse de marcar a vida da cidade nas suas várias dimensões, estreitando e distanciando laços nas redes de complementaridade familiares e diplomáticas, promovendo muitos dos movimentos cívicos, ideológicos e culturais observados.

Quanto à comunidade germânica do Porto, o processo de expulsão dos seus súbditos e descendentes, da confiscação e venda dos seus bens, do encerramento das suas agremiações; não esteve imune a críticas e embargos por alguns dos residentes nacionais e estrangeiros, motivadas por ordens arbitrárias e flagrantes casos de injustiça social, senão mesmo de alguma solidariedade por famílias apartadas coercivamente, como atestam os exemplos dos anti-heróis citados. Na década de 1920, muitos destes alemães não desistiram de regressar a esta cidade de acolhimento, constatando-se pelo *VII Recenseamento Geral da População* de 1930, a sua recuperação demográfica para os valores antes da guerra com 230 indivíduos entre a população estrangeira do distrito (4977 – 4,62%)²³. Só então, num clima de pacificação social, muitos puderam reconquistar os seus direitos civis e jurídicos com a devolução dos bens arrestados aos seus proprietários ou indemnizações compensatórias por inexecuibilidade dos mesmos, a reabertura do Colégio e do Clube Alemão e o estabelecimento de novas agências comerciais e sucursais de firmas alemãs; sanando as pontuais inimizades e velhas feridas pela perpetuação de apelidos germânicos ainda em voga entre as famílias portuenses.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Luís Alberto; ARAÚJO, Francisco Miguel (2014) – *Rumos da internacionalização na história da U.Porto*. In TEIXEIRA, Pedro, ed. – *Percursos da internacionalização na Universidade do Porto – uma visão centenária*. Porto: U.Porto-Edições Centenário, p. 83-173.
- ARAÚJO, Francisco Miguel (2014a) – «*Método, Autoridade e Sangue-Frio*»: o pragmatismo médico no Corpo Expedicionário Português. «IDN – Nação e Defesa», n.º 139, p. 84-99.
- (2014b) – *Impressões jornalísticas sobre o Porto na Grande Guerra*. Atas do Encontro «A Grande Guerra (1914-1918): Problemáticas e Representações». Porto: CITCEM [em publicação].
- (2014c) – *Médicos milicianos portugueses nos palcos da Grande Guerra*. Disponível em <<http://hdl.handle.net/10362/11877>>. [Consulta realizada em 22/03/2015].

²³ DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, 1933: 242-243. No censo anterior de 1920 estimava-se uma quebra da comunidade estrangeira alemã para quase metade, no universo da população de facto residente em território nacional.

- CORDEIRO, José Manuel Lopes (2010) – *História do Porto: desafios à República, Cidade inconformada e rebelde*. Matosinhos: QuidNovi.
- CORREIA, Sílvia (2011) – *A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal*. «CEM Cultura, Espaço & Memória», n.º 2. Porto: CITCEM, p. 33-50.
- FERNANDES, Albino (1961) – *Carvalho Araújo: herói sem mácula*. Lisboa: edição do autor.
- GILBERT, Martin (2004) – *The First World War: A Complete History*. Florida: Owl Books.
- GOMES, Afonso; GOMES, Carlos de Matos, coord. (2003) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*. Lisboa: Diário de Notícias.
- MOREIRA, Tomás (1990) – *Emílio Biel – um alemão no Porto*. «O Tripeiro», Série Nova, ano IX, n.º 5, p. 130-134.
- MORENO, Humberto Baquero (1992) – *A Navegação e a Actividade Mercantil no Entre-Douro-e-Minho*. «Revista da Faculdade de Letras – História», II série, vol. 9. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 9-24.
- PESSOA, Fernando (1978) – *Da República (1910-1935)*. Lisboa: Ática.
- RAMOS, Luís de Oliveira, dir. (2000) – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- RAMOS, Rui (1994) – *As Guerras da República (1911-1917)*. IN MATTOSO, José, dir. – *História de Portugal: A Segunda Fundação (1890-1926)*. Lisboa: Editorial Estampa.
- REZENDES, Sérgio (2014) – *A Grande Guerra nos Açores: memória histórica e património militar*. Ponta Delgada: Letras Lavadas.
- SCHWARZ, Reinhard (2006) – *Os Alemães em Portugal (1933-1945): a colónia alemã através das suas instituições*. Porto: Antília Editora.
- SERÊN, Maria do Carmo; PEREIRA, Gaspar Martins (2000) – *O Porto Oitocentista*. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2000) – *Tempos Modernos*. In RAMOS, Luís de Oliveira – *História do Porto*. Porto: Porto Editora.

FONTES IMPRESSAS

- DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1913) – *Censo da população de Portugal no 1.º de Dezembro de 1911: 5.º recenseamento geral da população*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA (1933) – *Censo da população de Portugal: Dezembro de 1930: 7.º recenseamento geral da população*. Lisboa: Imprensa Nacional.

FONTES PERIÓDICAS

- O Comércio do Porto* (1914-1919).
- Diários do Govêrno*, I e II séries (1916-1918).

FONTES MANUSCRITAS

- Arquivo Distrital do Porto (ADP)
- Bilhetes de Identidade e registo de alemães que foram obrigados a sahir do paiz* (1915-1916).
- Registo de Passaportes - Livro 172* (1916).

